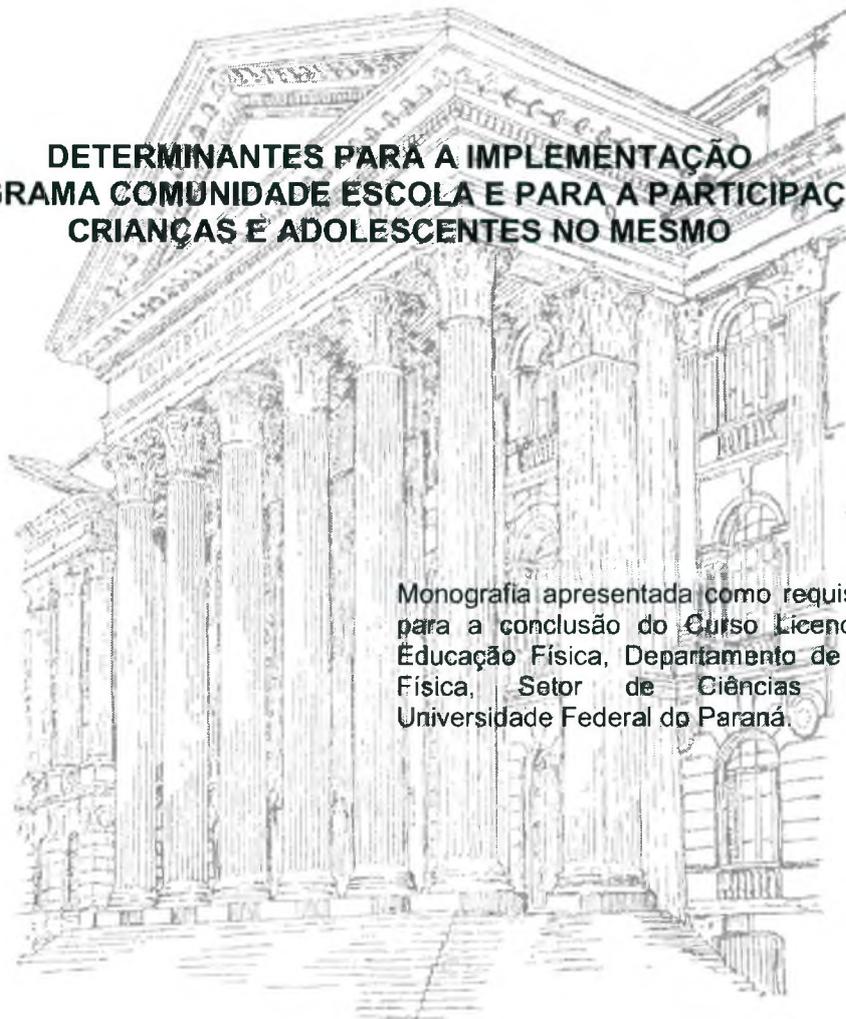


ANDREA LEAL VIALICH

**DETERMINANTES PARA A IMPLEMENTAÇÃO
DO PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA E PARA A PARTICIPAÇÃO DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MESMO**



Monografia apresentada como requisito parcial
para a conclusão do Curso Licenciatura em
Educação Física, Departamento de Educação
Física, Setor de Ciências Biológicas,
Universidade Federal do Paraná.

**CURITIBA
2009**

ANDREA LEAL VIALICH

**DETERMINANTES PARA A IMPLEMENTAÇÃO
DO PROGRAMA COMUNIDADE ESCOLA E PARA A PARTICIPAÇÃO DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MESMO**

Monografia apresentada como requisito parcial para a conclusão do Curso de Licenciatura em *Educação Física*, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Dra. Doralice Lange de Souza.

CURITIBA
2009

"O mais importante é não deixar de arriscar por medo de errar."
(Raphaela Christina dos Santos)

*Dedico este trabalho a
Maurício Leal Vialich, in memoriam,
meu grande herói de verdade!...*

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida agradeço a Deus por todas as lições que tem colocado no meu caminho e que têm me tornado uma pessoa melhor e mais forte a cada dia.

Agradeço a meus pais, Pedro e Terezinha, que a seu modo sempre confiaram em mim e apoiaram as minhas escolhas.

Agradeço às minhas irmãs, Adriana e Márcia que sempre me apoiaram e me incentivaram a nunca desistir dos meus sonhos.

Agradeço aos meus irmãos que sempre foram um exemplo a seguir, Mauro e Maurício.

Agradeço aos meus queridos sobrinhos pelo seu amor e inspiração em me fazer acreditar que ainda existem coisas boas na vida e também por sua compreensão todas as vezes que não pude dar a devida atenção a eles, Júlia, Bruno, Gabriel e Mauro.

Agradeço a todos os outros familiares que com seu carinho compreenderam todas as vezes que também não pude dar atenção a eles, minhas tias, tios, primos e primas, em especial à Wanessa que sei que, onde quer que eu esteja, está sempre torcendo por mim.

Agradeço a meus verdadeiros amigos da faculdade e de fora da faculdade, que sempre estiveram presentes nos momentos difíceis e alegres, compartilhando alegrias e ajudando a minimizar as dificuldades.

Agradeço a todos os professores que contribuíram para minha formação e aos professores presentes nesta banca, os quais admiro e respeito o trabalho que desenvolvem, Doralice Lange de Souza e Fernando Marinho Mezzadri.

Agradeço também à querida Suélen que tem me ajudado em minha busca de dar continuidade aos meus planos de estudo com suas dicas, conselhos, materiais, pensamentos e, principalmente seus incentivos.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíam para que eu concluísse o Curso de Licenciatura em Educação Física.

Heróis de verdade

(Roberto Shinyashiki)

Eu admiro as pessoas que...

- ... acordam de manhã com alegria no coração
- ... têm a coragem de levantar depois das quedas.
- ... não precisam de elogios nem de aplausos.
- ... sabem falar por favor e pedir desculpas.
- ... não se envergonham de dizer eu te amo.

Eu admiro as pessoas que...

- ... têm coragem de persistir mesmo depois de receber um não.
- ... são sensíveis e se emocionam com a dor do próximo.
- ... sabem que um abraço vale mais do que mil palavras.
- ... compreendem que um exemplo vale mais do que mil conselhos.
- ... sabem sorrir para as crianças.

Eu admiro você que...

- ... tem a humildade para estudar e aprender.
- ... procura as respostas mesmo quando elas estão escondidas.
- ... sempre quer fazer o melhor.
- ... não desiste de lutar, apesar dos desafios.
- ... reconhece que não sabe tudo.

Eu admiro sua busca por fazer o que a sua alma pede.

Eu admiro você que, com humildade e dedicação, faz a vida acontecer!...

E eu agradeço por todos os incentivos e por ter acreditado em mim em meio às minhas limitações e inseguranças. Houveram momentos em que pensei em desistir de tudo, por não me achar capaz de ir adiante. Você me fez perceber o contrário, que nunca devemos deixar de acreditar que podemos alcançar um objetivo, desde que pra isso estejamos dispostos a empregar todo o trabalho e dedicação que alcançar esse objetivo exige!...

Obrigada Dora!...

Você é uma das pessoas que considero uma heroína de verdade!...

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o de identificar as principais barreiras e os principais facilitadores para a implementação do programa Comunidade Escola (CE) e para a participação de crianças e adolescentes no mesmo. O CE é um projeto social que acontece em algumas escolas de Curitiba aos finais de semana, tendo como objetivos a diminuição da violência, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da comunidade. Foi criado pela prefeitura e é desenvolvido em parceria com o comércio, indústrias, universidades e voluntários, que juntos gerem o Programa de forma descentralizada. A pesquisa foi de natureza qualitativa e os dados foram coletados através de documentos do Programa, observações e de entrevistas abertas com a coordenação geral do Programa, cinco coordenadores de regionais, quatro professores, cinco estagiários, três voluntários e 45 crianças e adolescentes em diferentes escolas. A análise foi desenvolvida a partir de uma perspectiva interpretativa e as categorias analíticas emergiram dos dados. As principais conclusões deste estudo foram que existem fatores que atuam como facilitadores, outros como barreiras, e fatores que ora atuam como facilitadores e ora como barreiras para a implementação do Programa e para a participação de crianças e adolescentes no mesmo, dependendo da realidade concreta de cada escola. As escolas que não contam com recursos materiais e humanos adequados encontram dificuldades para a implementação do Programa. Tal realidade exige que o Estado tenha um papel mais ativo no sentido de fornecer os recursos necessários para garantir a qualidade das ações nas diferentes comunidades, especialmente no caso daquelas mais carentes e menos organizadas.

Palavras chave: Facilitadores, Barreiras, Atividades Físicas, Comunidade Escola.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Atividades ofertadas pelo Programa em algumas escolas pela frequência de participação de crianças e adolescentes.....	30
--	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Problema.....	10
1.2 Justificativa.....	10
1.3 Objetivos.....	12
2. REVISÃO DE LITERATURA	13
3. METODOLOGIA.....	17
3.1 Tipo da Pesquisa.....	17
3.2 Sujeitos.....	17
3.3 Instrumentos.....	17
3.4 Procedimentos.....	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	19
4.1 FACILITADORES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO CE E A PARA A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROGRAMA.....	19
4.2 FACILITADORES E/OU BARREIRAS.....	22
4.2.1 Cultura de participação: a integração entre escola, pais e comunidade.....	22
4.2.2 Parcerias.....	24
4.2.3 Espaços/equipamentos.....	26
4.2.4 Natureza das atividades.....	28
4.2.5 Presença e ausência de um projeto.....	33
4.2.6 Divulgação.....	37
4.3 BARREIRAS QUE DIFICULTAM A IMPLEMENTAÇÃO DO CE E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROGRAMA.....	39
4.3.1 O caso dos voluntários e estagiários.....	39
4.3.2 O caso do professor coordenador.....	42
4.3.3 Carências na capacitação, acompanhamento e apoio para o trabalho dos estagiários.....	43
5. CONCLUSÕES.....	47
6. REFERÊNCIAS.....	50

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problema

Quais os principais determinantes para a implementação e para a participação de crianças e adolescentes no Programa Comunidade Escola?

1.2 Justificativa

A partir dos anos 80, inúmeras pesquisas realizadas no Brasil vieram apontando os jovens como as maiores vítimas de violência, pobreza e exclusão no país. Nas últimas décadas tem sido crescente o aumento da violência entre os jovens, sendo eles autores ou vítimas dessa violência. Em 1997, a UNESCO¹ iniciou um conjunto de pesquisas focadas nas dificuldades que os jovens brasileiros têm enfrentado no convívio social. Questões como tráfico de drogas, violência nas escolas, sexualidade e Aids, exclusão social, noções de sociedade, cultura e política entre os jovens foram investigadas. Além do crescente aumento da criminalidade, as pesquisas apontaram uma crescente descrença nas instituições de ensino brasileiras e ressaltaram a preocupação dos próprios jovens com a falta de oportunidades, sobretudo no que se refere ao mercado de trabalho. Constatou-se também que as ocorrências de violência, principalmente por causas externas ao convívio familiar, como acidentes de trânsito e homicídios, acontecem com maior frequência nos finais de semana, sobretudo pela ausência de alternativas de lazer, cultura e esportes.

Partindo desses dados, importantes subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas no país foram sendo produzidos. Foi no ano de 2000 que a UNESCO, em parceria com o Governo Federal, lançou o Programa "Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz". O Programa propôs que se abrissem as escolas nos finais de semana para oferecer à comunidade atividades relacionadas à geração de renda, lazer, cultura e saúde. Os primeiros estados a implantarem o Programa foram: Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Mato Grosso (UNESCO, 2005). Segundo Werthein (2004), representante da UNESCO no Brasil até 2005, o principal objetivo do Programa Abrindo Espaços era buscar atender às múltiplas

¹ United Nations Education Science and Culture Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura).

necessidades da juventude, “desempenhando um papel inovador na difusão da cultura da paz e na transformação da prática pedagógica” (NOLETO, 2008, p. 9). Ainda de acordo com Werthein, os resultados desse Programa foram bastante expressivos no que diz respeito ao fortalecimento da escola pública brasileira e na promoção da cidadania entre a juventude. Assim, no ano de 2004, o Programa foi adotado como política pública pelo Ministério da Educação com o nome “Escola Aberta: educação, cultura, esporte e trabalho para a juventude”.

Pesquisas sócio-econômicas realizadas pela Prefeitura Municipal em Curitiba no período entre 1995 e 2003, revelaram haver no município um crescente aumento da mortalidade entre adolescentes a partir dos 10 anos de idade. Além disso, as pesquisas apontaram que 34% dos adolescentes que ingressaram no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator de Curitiba eram reincidentes (SABBAG, 2005). Diante de tais resultados, a Prefeitura Municipal de Curitiba identificou a necessidade de implementar ações que contribuíssem para diminuir esses índices. Acompanhando os resultados positivos produzidos pelo Programa pioneiro “Abrindo Espaços” e, com base em sua organização e objetivos, a prefeitura municipal desenvolveu o Programa Comunidade Escola (CE). O CE foi criado em 2005, a partir de uma parceria da Prefeitura Municipal de Curitiba com a Secretaria Municipal de Educação, tendo também o apoio técnico da UNESCO. O Programa possui como objetivos: promover o desenvolvimento sustentável das comunidades, diminuir a vulnerabilidade dos jovens à violência em regiões que apresentam altos índices de criminalidade, aproximar a comunidade da escola, e transformar a escola em um “centro de irradiação do conhecimento”. O CE é gratuito e utiliza o espaço de algumas escolas municipais de Curitiba aos sábados e domingos das 09:00 às 17:00. O Programa busca parcerias com o comércio local, indústrias, universidades e voluntários que, conjuntamente com a Prefeitura e demais secretarias e órgãos municipais, o administram através de uma gestão descentralizada, a partir de diferentes instâncias: Colegiado de Órgãos (COR) que engloba todos os parceiros públicos e privados do CE; a Unidade Gestora do Programa (UGP), que é coordenada por um representante da Secretaria Municipal da Educação; e o Comitê Local (COL), que é coordenado por dois professores eleitos em cada escola. O COL é constituído por estes professores, por parceiros do Programa e por membros da comunidade, que, de acordo com o Manual do Programa (CURITIBA, 2008a), devem se reunir semanalmente nas escolas e

planejar as ações a serem implementadas. Hoje, o CE já conta com a adesão de mais de 71 escolas municipais de Curitiba, e se organiza dentro de cinco eixos de trabalho: esporte e lazer, cultura, saúde, educação e cidadania e geração de renda (CURITIBA, 2008).

Tendo em vista a relevância da proposta do Programa Comunidade Escola, e considerando-se algumas das dificuldades que algumas escolas deste Programa têm enfrentado no sentido de envolver ativamente membros da comunidade em suas atividades, desenvolvemos uma pesquisa com o objetivo de identificar as principais barreiras e facilitadores para a participação de crianças e adolescentes nas atividades físicas propostas.

Faz-se importante ressaltar que este estudo foi parte de um projeto de pesquisa mais abrangente, desenvolvido com a colaboração de outros alunos do curso de graduação em educação física que trabalharam juntos no Programa Licenciatura, com a orientação da Professora Doralice Lange de Souza no ano de 2008. Os alunos que colaboraram na pesquisa foram: Ana Paula Reinbold (bolsista), Jéssika Cristina Blanguer Mann (bolsista), Taísa Helena Jochinsein (bolsista) e Willian Hey Alexandre da Silva (bolsista) (JOCHINSEIN; MANN; REINBOLD; SILVA; SOUZA; VIALICH, 2008). A pesquisa foi financiada pelo Programa Licenciatura, do qual fiz parte como voluntária e também pelo programa de Iniciação Científica (Pibic/CNPq/2008), do qual fui bolsista. Os resultados deste estudo oferecem subsídios que podem contribuir para com o aprimoramento do Programa CE e de outros programas similares e para com o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o esporte e lazer da população.

1.3 Objetivos

Identificar os principais facilitadores e as principais barreiras para a implementação do Programa Comunidade Escola e para a participação de crianças e adolescentes no mesmo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Muitas pesquisas sobre os impactos de projetos sócio-esportivos em comunidades carentes têm sido realizadas. Tais estudos apontam que existem fatores que favorecem e fatores que dificultam tanto a implementação de projetos quanto a participação da comunidade neles, levando até à extinção de muitos. Considerando a importância de tais projetos, identificar as barreiras encontradas pelos mesmos e maximizar os facilitadores são ações fundamentais para que suas propostas e investimentos não sejam desperdiçados. Discutiremos posteriormente alguns fatores que foram detectados por outras pesquisas e coincidiram com os resultados encontrados por este estudo.

Para muitas crianças e adolescentes, programas como o CE podem ter vários significados. De acordo com os resultados obtidos na avaliação do Programa Abrindo Espaços no estado da Bahia--Programa que inspirou o CE—muitos jovens apontaram que encontram no Programa possibilidades de desenvolver sua auto-estima, sociabilizarem-se, sentirem-se seguros por não estarem na rua vulneráveis às drogas e à violência; terem acesso à vivências de lazer; melhorarem a sua relação familiar; e construírem uma expectativa de futuro. Além disso, os resultados desta avaliação demonstraram que comunidades que já haviam estabelecido parceria com escolas para a utilização de seu espaço nos finais de semana para práticas esportivas, se tornaram mais participativas no Programa. Outro facilitador à participação é o fato de que 84,6% dos beneficiados pelo Programa residem próximo das escolas que o freqüentam. Contudo, ainda de acordo com a avaliação, o Programa também encontra obstáculos para uma melhor atuação junto à comunidade. Enquanto algumas escolas possuem uma boa infra-estrutura, como materiais e equipamentos, outras estão em condições muito precárias o que, em muitos casos dificulta ou impede a realização de suas atividades. Outra barreira apontada foi em relação à capacitação de seus agentes, para alguns esta não lhes tem sido suficiente. Além disso, como o programa conta muito com o envolvimento de voluntários, suas ações acabam ficando muito a encargo destes, o que, na maioria dos casos, afeta a continuidade das atividades ofertadas. Este fator implica no fato de que o Programa deixa de atender satisfatoriamente às necessidades de longo prazo de permanência (ABRAMOVAY *et. al*, 2003).

De acordo com uma pesquisa desenvolvida por Forell (2009) sobre o Programa Escola Aberta na cidade de Novo Hamburgo, este Programa se constitui em um importante espaço de diversão e lazer nos finais de semana para a comunidade e contribui para com a diminuição da violência e com a inclusão social de seus participantes. Também de acordo com este estudo, existem fatores que atuam como barreiras para a implementação do Programa e para a participação da comunidade nas atividades ofertadas pelo mesmo. A pesquisa destaca como barreiras o fato da proposta do Programa apresentar objetivos muito amplos, distanciando a relação dos agentes que atuam no mesmo de uma compreensão mais global de seus objetivos, e a dificuldade que o programa enfrenta de encontrar oficinairos qualificados para levar propostas significativas para a comunidade.

De acordo com os resultados de outro estudo feito sobre os impactos do Programa Escola Aberta ainda no Rio Grande do Sul (ABRAMOVAY *et. al.*, 2006), os jovens entendem que o mesmo representa um espaço de lazer/diversão, diante da escassez de algumas regiões e, principalmente, um espaço de sociabilização, considerado um “*point*” para encontro com os amigos, para fazer novas amizades e onde os mesmos encontram condições para a construção de sua identidade. Além disso, os jovens afirmam que o Programa lhes proporciona um espaço para a prática esportiva seguro. Seus pais ficam tranquilos em saber que eles estão na escola. Este estudo também apontou que existem barreiras limitando as ações do Programa, como por exemplo, a carência de recursos financeiros em algumas escolas. Este fator restringe as possibilidades do Programa de diversificar a oferta de atividades, pois algumas escolas não conseguem comprar materiais, fazer a manutenção de seus espaços e equipamentos e nem contratar profissionais, ou ainda, capacitar seus agentes.

Leão (2005) relata, em seu estudo de caso sobre perspectivas para uma agenda de lazer também sobre o Projeto Escola Aberta em duas escolas municipais de Recife que, numa delas, a principal motivação para a participação no Programa, é o fato dos entrevistados afirmarem aprender alguma coisa, pois, segundo eles próprios, é melhor aprenderem alguma coisa ao invés de ficarem “fazendo besteira”. Além disso, muitos pais afirmaram que ficam mais tranquilos por saberem que seus filhos estão fazendo atividades na escola, considerada mais segura do que as ruas. O estudo também aponta existirem barreiras que impedem o Programa de alcançar maior efetivação em suas ações. Em uma das escolas o Programa está sujeito a

uma infra-estrutura precária, de equipamentos e de profissionais, pois além da falta de espaços e de materiais em boas condições, nem sempre os agentes do Programa recebem treinamento e capacitação adequados. Na outra escola observada, apesar da boa infra-estrutura de espaços e materiais, faltam agentes para orientar as práticas. O espaço da escola é disponibilizado para a comunidade, mas fica sem o devido planejamento e acompanhamento das atividades.

Passando para o estudo de Molina (2007) sobre políticas de esporte e projetos sociais e seus impactos nos processos de subjetivação dos jovens, o mesmo aponta que os próprios jovens relacionam o seu envolvimento com a criminalidade e as drogas, com o tempo que passam desocupados e nas ruas, o que é mais freqüente nos finais de semana. Outro aspecto apontado por ela é o de que projetos sociais podem legitimar e promover a construção da sociabilização, solidariedade e respeito entre os jovens, segundo eles próprios (MOLINA, 2007).

Zaluar (1994) também destaca em suas pesquisas que, de acordo com os beneficiados pelos programas sociais estudados por ela, a função de tais programas acaba sendo o de defender o resgate das crianças das ruas a fim de se dar um encaminhamento a sua vida, que não seja "sinistro e trágico" (ZALUAR, 1994, p. 40). Outro aspecto apontado pelos estudos de Zaluar (1994) é que, para muitas das crianças e adolescentes, participarem de projetos sociais significa "não ficar de boqueira", "sem nada para fazer" no tempo em que não estão na escola (ZALUAR, 1994, p. 63).

A socialização, o fato de estarem participando de atividades num espaço considerado relativamente seguro, e o acesso a espaços para a vivência de lazer aparece nos resultados de quase todos os estudos relatados acima. A questão do desenvolvimento da auto-estima, da ocupação do tempo livre, da possibilidade de construção de um futuro também são, de acordo com a literatura, fatores importantes para que crianças e adolescentes participem de projetos sociais de final de semana. Assim, podemos concluir que os fatores determinantes para a participação de crianças e adolescentes em projetos sociais são o fato dos mesmos poderem construir novas relações sociais ou manterem as já existentes, de se sentirem mais seguros com relação à violência dos grandes centros urbanos e de terem acesso a espaços para vivências de lazer. Podemos também concluir que, fatores como a infra-estrutura das escolas, no que tange a materiais, espaços, equipamentos e profissionais devidamente qualificados para promoverem ações

efetivas nos referidos programas, acabam aparecendo ou como facilitadores ou como barreiras para a participação da comunidade nos Programas, de acordo com a realidade de cada escola.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Tipo da Pesquisa

A pesquisa foi de natureza qualitativa e de cunho exploratório.

3.2 Sujeitos

Os sujeitos das entrevistas foram: uma pessoa da coordenação geral do Programa, cinco coordenadores de regionais, quatro professores, cinco estagiários, três voluntários e 45 crianças e adolescentes em diferentes escolas. Foi entrevistado também Flávio Gonçalves, coordenador do Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas Educacionais (NAPPE) que desenvolveu a pesquisa “Avaliação do Programa Comunidade Escola”, disponível no site do Programa.

3.3 Instrumentos

Os dados foram coletados através de análise de documentos sobre o programa Comunidade Escola (ex. site do programa, panfletos explicativos), observações e entrevistas abertas. As observações e entrevistas ocorreram com agentes do programa em cinco escolas da rede municipal de ensino de Curitiba que fazem parte do Programa Comunidade Escola. As observações foram desenvolvidas de forma assistemática com o objetivo de se conhecer a realidade do Programa, contextualizar as questões das entrevistas, e subsidiar a análise dos temas levantados nas mesmas.

3.4 Procedimentos

As entrevistas com os coordenadores, professores, estagiários e voluntários foram feitas de forma individual e duraram em média 60 minutos. Já as entrevistas com as crianças e adolescentes foram tanto individuais quanto em pequenos grupos de dois a três participantes, e duraram entre cinco e quinze minutos. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra, buscando-se assim garantir a

qualidade dos dados para a análise. Esta foi feita a partir do referencial teórico-metodológico da perspectiva interpretativa (GEERTZ, 1989) e *grounded theory* (STRAUSS; CORBIN, 1990). As categorias foram criadas a partir dos principais temas que emergiram da fala dos sujeitos entrevistados, sem a utilização de um referencial teórico a priori, para que os dados pudessem “falar” por si próprios. Em um primeiro momento, cada uma das entrevistas foi analisada, identificando-se os temas mais importantes que surgiram das falas de cada um dos sujeitos do estudo, agrupando-os em categorias. Em um segundo momento, os dados foram cruzados, comparando os temas que surgiram a partir das falas de todos os sujeitos, buscando as similaridades e diferenças existentes entre os mesmos. Através deste procedimento, buscou-se criar novas categorias—categorias mais abrangentes—para agrupar temas compatíveis. Na medida em que isto foi sendo feito, tais categorias foram alocadas dentro de duas categorias maiores: “barreiras” e “facilitadores”.

A discussão que será feita a seguir tomará como base as principais categorias levantadas a partir da fala dos agentes do Programa e das crianças e adolescentes entrevistados. Dadas as limitações deste relatório de pesquisa, foram selecionados apenas alguns dos temas mais significativos que surgiram. Faz-se importante ressaltar que para a apresentação dos dados serão utilizados nomes fictícios, buscando-se assim garantir o anonimato dos sujeitos, conforme acordado com os mesmos antes das entrevistas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 FACILITADORES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO CE E A PARA A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROGRAMA

Um dos grandes facilitadores para a implementação do CE é o apoio da Secretaria Municipal de Educação (SME) que provê o espaço da escola e incentiva e remunera professores da rede municipal de ensino para atuarem no Programa. Outro grande facilitador é o envolvimento e a força de vontade de grande parte das pessoas que se dispõem a trabalhar no Programa. Segundo vários entrevistados, por acreditarem no potencial do Programa, muitos profissionais, voluntários e estagiários “vestem a camisa” do mesmo:

O grupo é pequeno, mas eu brinco, eu sempre falo, chegou o meu exército né? [...] As pessoas que estão vestiram bem a camisa, não posso dizer que seja na totalidade, mas é quase que 99% das pessoas que estão no Comunidade, eles estão mais por amor ao que tão fazendo. A gente não pode ser hipócrita em dizer que, por exemplo, a remuneração não faz diferença, que isso aí seria hipocrisia né? A gente também tem família, tem tudo, mas a grande maioria das pessoas, os que ficaram e os que estão aí trabalhando, vestiram a camisa, arregaçam as mangas e trabalham além. (Cristina, professora Coordenadora)

Da mesma forma que outros estudos sobre diferentes projetos sociais (ABRAMOVAY *et. al*, 2003; ABRAMOVAY *et. al*, 2006; FORELL,2009), o nosso também constatou que, um importante facilitador para a participação de crianças e adolescentes no CE é o fato de muitas comunidades serem desprovidas de outros espaços de lazer gratuitos e próximos de suas casas.

Aqui [...] não temos atividades recreativas, culturais em outros espaços [...]. A comunidade local que não tem acesso aos grandes centros [...], eles freqüentam muito aqui a escola né? Primeiro, por ser um espaço da própria escola que [...] os próprios [pais] ou alunos já estudaram ou estudam aqui. Segundo, por ser perto de casa, né? E por o bairro não oferecer mais nada, [...] nenhum outro atrativo. (Mariana, professora coordenadora)

Quando não tem muitas atividades pra fazer, é só vir aqui que você vai encontrar bastante coisa pra fazer! [...] Não tinha nenhum lugar assim que podia ir de graça assim e ainda que é pertinho, né? A melhor coisa que tem pra fazer é vir aqui! (André, 13 anos)

Conforme discute Pacheco (2006), dado o processo de especulação imobiliária, ausência de planejamento urbano adequado, crescimento desordenado

das cidades, e carência de políticas públicas e sociais, existe uma escassez de espaços públicos e gratuitos para o lazer. Assim, o espaço da escola acaba sendo uma das poucas alternativas para o lazer das camadas menos favorecidas.

A sociabilização aparece como fator de peso apontado por crianças e adolescentes entrevistados para sua participação no CE. Muitos alegam que esse é o único momento que podem estar com amigos, ou ainda que podem estar fazendo novas amizades.

É que a gente pode conhecer gente nova. (André, 13 anos)

É que tem bastante amigo que vem pra cá, né? Que daí não tem como conversar no meio da semana, que todos eles estudam. E aqui, a gente se encontra aqui pra falar, conversar! (Aline, 15 anos)

As crianças e adolescentes ao se sentirem a vontade no Programa, passam a ver o espaço do CE como lugar de encontros. A sociabilização também aparece como importante facilitador para a participação de crianças e adolescentes em outros projetos sociais (ABRAMOVAY *et. al.*, 2003; ABRAMOVAY *et. al.*, 2006; MOLINA, 2007).

Outro grande facilitador para a participação da comunidade no Programa é o fato dele acontecer na escola, e de oferecer um espaço monitorado e considerado supostamente seguro. O acesso a um “lazer seguro” foi também apontando enquanto um ponto forte do Programa pela pesquisa de “Avaliação de Impacto do Programa Comunidade Escola” (FÉLIX; CARVILHE, 2008). Além da presença do professor coordenador, do representante da equipe pedagógica administrativa (EPA), voluntários e estagiários, existe também uma parceria do CE com a Secretaria Municipal de Defesa Social, que garante uma ronda, realizada pela Guarda Municipal, em todas as escolas participantes do Programa. Esta ronda acontece tanto nos espaços internos quanto nos espaços externos da escola durante todo o período de funcionamento do Programa. Isto, a princípio, gera na comunidade uma sensação de maior segurança para participar e permitir que suas crianças participem das atividades do CE.

A escola é um espaço que tá sendo monitorado, tem os profissionais ali, tem [...] rondas da Guarda Municipal. [...] [Como] a escola tá sendo monitorada, [...] inibe a ação dos maus elementos. Então aquele jovem, aquela criança que poderia tá jogando bola no campinho de várzea ali e tá sujeito a essas influências, ali ela não tá. (Valdir, coordenador de Regional)

Da mesma forma que em outras realidades (ABRAMOVAY *et. al.*, 2003; ABRAMOVAY *et. al.*, 2006; LEÃO, 2005), tanto os agentes do Programa quanto as crianças e adolescentes entrevistados para o nosso estudo afirmaram que o fato da escola oferecer um espaço mais seguro do que a rua é um atrativo para a participação no Programa.

Porque sempre acontecem coisas ruins nas ruas, né? [...] É mais seguro! Até para os pais, saberem que estão na escola! (Tiago, 14 anos)

Também porque encontro amigos, trago as crianças da vizinha para brincarem. Aqui é seguro. (Daiane, 18 anos)

Ah, eu acho que foi bom eles terem feito o CE, porque muitas vezes, tinham muitos finais de semana que a gente ficava na rua, né? Sem nada pra fazer aí, perigoso até acontecer alguma coisa. Quando abriu o CE, daí a maioria das pessoas veio pra cá. É melhor ficar aqui do que na rua. [...] Correndo perigo! Eu acho que foi bom eles abrirem o CE. (Kelly, 11 anos)

A oferta de atividades diversificadas e de pouco acesso a muitos, se caracterizou como outro fator responsável pela motivação para a participação de crianças e adolescentes entrevistados em algumas das escolas onde o Programa tem uma boa freqüência por parte dos mesmos:

Eu gosto bastante de esporte, daí eu pratico um pouco de cada, sempre que eu venho aqui, um pouco de cada. [...] Tênis é um esporte difícil pra todo mundo, né? De baixa renda, né? É importante! (Bruno, 19 anos)

Em primeiro eu gosto de jogar tênis que é um esporte bem legal e badminton! Eu jogo ping-pong, eu monto aquele negocinho de dominó, e eu gosto de futebol também. [...] O professor de tênis falou que quem quisesse podia jogar tênis aqui na escola. Daí depois que eles colocaram o badminton, daí eu vim aqui. Daí eu ficava jogando aqui. (José, 10 anos)

Ainda outro facilitador para a participação da comunidade no Programa é a realização de eventos especiais. Conforme vários coordenadores e estagiários, a participação no CE tende a ser mais efetiva quando são promovidos eventos especiais, tais como campeonatos, festivais, linha do lazer, etc. Vejamos, por exemplo, as seguintes falas:

Muito diversificado, assim, o dia que é [...] digamos assim, a linha do lazer, eles são aqueles jogos gigantes, a cama elástica, piscina de bolinha, atividade de lazer mesmo assim nossa [...]. A criançada brota do chão! (Valdir, coordenador de Regional)

[Quando acontece o] lançamento do projeto, escolinha de fazer cachorro quente, dança, apresentação de dança, escolinha de dança, tudo isso a escola bomba, né? (Flavio, pesquisador NAPPE - UFPR)

Nos perguntamos, no entanto, que papel tais eventos pontuais podem exercer na vida das pessoas. Eles de fato conseguem fazer alguma diferença, ou acabam servindo simplesmente para ocupar o tempo livre de membros da comunidade sem nenhum objetivo maior? Deixamos esta questão para reflexão.

Outros fatores ainda facilitam a participação de crianças e adolescentes no CE. Aproximadamente 40% das crianças e adolescentes ficam sabendo do Programa através de amigos, 21% através de propaganda e outros 21% porque estudam ou estudaram em escolas onde o Programa acontece. Assim, a partir do entusiasmo em sua participação, eles acabam se tornando os principais agentes de divulgação do Programa, facilitando a participação de outras crianças e adolescentes e contribuindo para a consolidação do CE. Também de acordo com os dados, 73% das crianças e adolescentes entrevistados residem próximo às escolas onde acontece o Programa. Provavelmente esta proximidade seja um facilitador para a participação de crianças e adolescentes no programa CE. Este fator foi também apontado como favorável para a participação da comunidade no Programa Abrindo Espaços por Abramovay *et. al* (2003).

4.4 FACILITADORES E/OU BARREIRAS

Em alguns casos determinados fatores funcionam como facilitadores, e em outros, como barreiras para a implementação do Programa e para a participação da comunidade em atividades físicas. A seguir discutiremos cada um destes fatores.

4.4.1 Cultura de participação: a integração entre escola, pais e comunidade

De acordo com as diretrizes do Programa, as atividades devem ser planejadas com os alunos e pais de alunos e com a comunidade do entorno das escolas (MANUAL, 2008). Para tal, no entanto, faz-se necessário a presença dos mesmos, o que nem sempre ocorre. Existem comunidades que são mais politicamente organizadas e mais participativas no planejamento das atividades e na prática dessas atividades. Porém, observamos que o envolvimento da comunidade

varia bastante de escola para escola e, em alguns casos, tem sido muito difícil trazer a comunidade e motivá-la a participar das ações.

[Em] muitas escolas assim, a comunidade não sabe que pode opinar. Não tem essa visão de participação [...]. Tem todo um ranço de sociedade paternalista e assistencialista de a pessoa “não, é Programa da prefeitura, vamos esperar pra ver o quê que eles têm pra fazer”. E não se posicionam enquanto agentes participativos pro projeto. (Jeferson, coordenador de Regional)

Conforme citamos anteriormente, a gestão do CE é descentralizada e o planejamento do que deve acontecer em cada escola pressupõe a presença da comunidade nas reuniões semanais do Comitê Local (COL). No entanto, tal participação ainda é bastante tímida em algumas das escolas observadas. Conforme aponta Amaral (2006), o envolvimento da comunidade requer o desenvolvimento de uma cultura participativa. Esta, por sua vez, demanda um tipo de educação que fomente a organização da comunidade para reivindicar seus direitos e trabalhar em prol dos mesmos. A realidade de muitas comunidades ligadas ao CE parece ser retro-alimentada por um ciclo vicioso: por não ter tal cultura desenvolvida, muitos não participam da organização e desenvolvimento do Programa. Por outro lado, por não participarem do Programa, muitos não têm oportunidade de acesso a uma educação que desenvolva esse tipo de cultura.

Um dos fatores que dificulta a participação da comunidade no Programa é que várias pessoas ainda acreditam que a escola é só para alunos e seus familiares. Além disto, muitos sentem dificuldade em se aproximar da escola, mesmo para tratar de assuntos relativos à educação formal de seus filhos, conforme pode se observar na passagem a seguir:

O professor, ele tem dificuldade em trazer os pais pra ajudar a pensar a educação, qualquer situação que possa aperfeiçoar. Então, é uma mudança de cultura né? [...] Os pais chegavam no portão, a escola era trancada e você não passava. Era uma barreira que tinha entre escola e a comunidade [...]. A escola é habituada a chamar os pais pra reclamar: “Ó, o teu filho tá indo mal!” (Julia, coordenadora de Regional)

Outro fator que às vezes impede a participação de algumas comunidades no CE é a crença de que “o que é gratuito não é bom”.

Infelizmente hoje em dia tudo que é de graça tem aquela visão: “Puxa, não é legal, não é muito bom!”. Então a gente tá mudando uma cultura, a gente

tá tentando mostrar pra comunidade que não é porque é de graça que não tem qualidade. (Eliane, coordenadora de Regional)

Obrigações domésticas e profissionais influenciam tanto positivamente quanto negativamente a participação dos membros da comunidade no Programa. No caso dos adultos, estas dificultam a sua participação. No caso das crianças, muitas vão para o CE justamente por seus pais estarem trabalhando:

Muita gente trabalha e não tem onde deixar o filho. Então o filho fica o sábado inteiro na escola, assim, sabe? E acontecia de criança vir pra escola as nove, sair meio-dia, ficar esperando na frente da escola, entrar à uma hora de novo [...] e só sair às cinco. (Mauro, estagiário)

Ainda em relação à falta de cultura de participação, outro fator que influencia na participação da comunidade no Programa, segundo o depoimento de Flávio Gonçalves, que desenvolveu a pesquisa de avaliação sobre o Programa CE pelo NAPPE (GONÇALVES, 2008), é que muitas localidades foram povoadas recentemente por imigrantes provindos de diferentes regiões do estado e de outros locais. O fato das pessoas destas localidades ainda não se conhecerem bem e não terem desenvolvido um senso de integração e de espírito comunitário, dificulta a sua articulação e participação em programas e projetos comunitários.

4.4.2 Parcerias

As parcerias estabelecidas pelo Programa também foram apontadas como facilitadoras para a implementação do CE em alguns casos, e como barreiras em outros. Conforme explica o Manual do CE, uma das características de sua gestão é o fato desta ser compartilhada:

Estabelecendo parcerias com a população, instituições de ensino, empresas, associações, igrejas entre outras instituições do terceiro setor, o Programa pressupõe a ampliação dos canais de comunicação entre o poder público municipal e a sociedade, visando à co-responsabilidade na gestão e a potencialização de recursos. (CURITIBA, 2008a, p. 18)

Ainda de acordo com o Manual, este tipo de gestão tem por objetivo:

Garantir uma leitura integrada das demandas sociais e uma análise das possibilidades dos diversos atores, de modo a potencializar as competências e recursos dos agentes municipais e dos parceiros da

sociedade, para a promoção do desenvolvimento sustentável local. (CURITIBA, 2008a, p. 18)

Embora as parcerias estejam aumentando, ainda existe uma grande disparidade no número de parcerias de uma escola para outra. Este dado pode ser verificado no site do CE, onde estão listados todos os seus parceiros. Ao acessar o link de cada um dos parceiros locais para se verificar as escolas por eles assistidas, nota-se que enquanto uma escola possui mais de dez parceiros, outras escolas da mesma Regional, por exemplo, não aparecem listadas em nenhuma das parcerias.

Então a gente sabe que existem bastantes parceiros por aí, mas na nossa comunidade têm poucos, muito poucos. Então a gente só conta mesmo com as instituições da prefeitura né? [...] A comunidade aqui não tem condições de ter parcerias. (Regina, diretora de escola)

Nós temos um voluntário somente na escola, né? A gente sente falta de [...] mais parcerias, parcerias de empresas de outros [...] órgãos. (Mariana, professora coordenadora)

Acho que o que de repente não traz mais pessoas é a falta de pessoal pra trabalhar. [...] Dependendo do final de semana [...] eu não tenho um voluntário pra tá aqui trabalhando. (Cristina, professora coordenadora)

Conforme apontam as falas acima, algumas escolas encontram dificuldades para estabelecer parcerias tanto com instituições quanto com voluntários. Diversos fatores interferem com a formação de parcerias, como por exemplo, a localização da escola e a presença de comércio e/ou empresas em suas proximidades. Outro fator que interfere é se os agentes do Programa possuem, ou não, capital social e político para atrair parceiros. Estes fatores, entre outros, influenciam a captação de recursos financeiros e humanos para planejar e desenvolver suas atividades e de fato, atender às demandas da comunidade. Ao não conseguir estabelecer parcerias e implementar determinadas ações, muitas escolas não conseguem potencializar da forma esperada as competências e recursos da comunidade, objetivo este que seria uma das principais metas do Programa e da forma de gestão compartilhada.

De acordo com alguns dos entrevistados, seria importante que o CE melhor valorizasse o trabalho dos voluntários para assim poder contar com a continuidade de suas ações, e estabelecesse mais parcerias com a iniciativa privada e terceiro setor. Neste caso, eles sugeriram um trabalho mais específico no sentido de conscientizar parceiros em potencial sobre a importância do Programa e as

vantagens de se associar ao CE, como, por exemplo, a vinculação de sua logomarca a um programa social e a isenção de impostos.

Outra coisa também que pra nós é assim é ponto de, de mudança, que sempre o voluntário, o parceiro, sejam muito valorizados, né? A gente tem primado por isso e tem até se tornado, assim, insistente com relação a isso, porque não é fácil. A gente mesmo faz uma leitura pela vida corrida da gente, as pessoas se disponibilizarem, uma hora, duas horas, por final de semana, as vezes até mais, né? Nós temos voluntários que ficam mais do que quatro horas ali, né? Que eles realmente sejam muito valorizados sabe, que sejam mimados, que eles sejam abraçados [...]. A gente brinca até que um voluntário, parceiro é, ele tem que ser tratado a pão de ló, né?" (Vera, coordenadora de Regional)

Alguns dos entrevistados sugeriram também uma maior integração entre as diferentes secretarias municipais de Curitiba, como por exemplo, entre a Secretaria da Saúde e a Secretaria de Esporte e Lazer. Os profissionais da área médica poderiam trazer também para o Programa as demandas de seu público e contribuir com o planejamento e desenvolvimento de atividades físicas no CE, objetivando a promoção da saúde da população. Poder-se-ia, por exemplo, desenvolver atividades corporais para grupos de hipertensos, obesos, diabéticos, gestantes, idosos, etc.

Vários participantes da pesquisa enfatizaram ainda a necessidade de se estabelecer e/ou fortalecer parcerias com instituições de ensino superior. Conforme alguns dos depoimentos recolhidos, as parcerias deveriam envolver uma maior integração entre estas instituições e o Programa no sentido de divulgá-lo entre os acadêmicos e orientar o trabalho dos mesmos. Tal orientação poderia acontecer através de disciplinas tais como "prática de ensino", "estágio" e "projetos integrados". Outro foco destas parcerias poderia estar voltado à orientação de pesquisas sobre o Programa, com a finalidade de aprimorá-lo.

4.4.3 Espaços/equipamentos

Ao ingressar no CE, e periodicamente, as escolas que desenvolvem o Programa recebem da SME alguns recursos (CURITIBA, 2008a). Para um bom funcionamento, no entanto, o Programa depende da estrutura que a escola já possui, da forma como essas verbas são administradas, dos materiais e dos recursos adicionais que possam provir de parcerias. Há casos em que a escola não

possui uma boa estrutura, não consegue recursos adicionais e que os escassos recursos que possuem são mal geridos e utilizados para a compra de materiais de baixa qualidade, como pode ser identificado na passagem abaixo:

Ano passado eu pedi pra comprar corda de pular [...] eles compraram, sabe aquelas cordinhas brancas bem fininhas de cabo de vassoura no final? [...] E pra quê que comprou? Gastou dinheiro à toa. Porque pra comprar bambolê, compraram um fininho, que na primeira vez que eu fui pegar, desmontou. E pra quê comprar desse jeito? Então não compra! (Flavia, estagiária)

As condições de espaços e equipamentos variam bastante de escola para escola. Enquanto algumas possuem uma ótima infra-estrutura e materiais que favorecem a oferta de diversas atividades para a comunidade (ex. quadras cobertas e materiais esportivos diversificados e de boa qualidade), algumas não possuem espaços e materiais suficientes e/ou adequados para a prática de atividades corporais. Em alguns casos, no entanto, mesmo contando com uma estrutura razoável, algumas escolas apresentam dificuldades. Dois dos entrevistados, um voluntário e uma estagiária de escolas de diferentes Regionais, para citar um exemplo, afirmaram que as quadras de tais escolas estavam sendo reformadas há meses, o que impossibilitava o desenvolvimento de algumas atividades.

Agora não tá tendo tanto porque a quadra tá em situação precária né? [...] Tá reformando! Vão fazer mais um coberto ali, né? Então agora tá em construção e a gente nem leva muito as crianças pra brincar ali porque pode ter prego, coisa de construção [...]. Tem uns 4 meses, 4 a 5 meses [...]. Já era pra estar pronto [pausa] por enquanto tá assim [...]. Mas daí quando não tem muita atividade assim, daí já não vem tantas crianças também. Elas se interessam em fazer outras coisas, mas já vêm direto pra escola daí chega aqui só tem o ping-pong, as coisinhas aí pra brincar né? Se pudessem aprender a jogar, até vem né? (Wanderson, voluntário)

Agora na minha escola, a quadra tá sendo reformada, já desde o começo do ano. Aí a gente só tem a parte do pátio e uma parte, é, tem o pátio que é coberto [...] daí fica um espaço pequeno, e inevitavelmente a bola cai pra fora ou em cima da escola. Daí eles não deixam mais a gente pegar a bola, toda a tarde era exclusivo de caçador [...]. Só que agora não posso mais pegar a bola, complicou um pouco lá. (Flavia, estagiária)

A fala a seguir faz um contraponto com a fala da estagiária acima, mostrando a realidade diferenciada das escolas do Programa:

[Lá na outra escola onde eu trabalhava] é bem ao contrário do que ela tá falando. Lá a gente via que se tinha um evento, se você precisava de material, a professora se certificava a comprar, se certificava a separar o

material e mostrar [...]. Tem muita discrepância entre uma escola e outra [...]. A gente tá em Curitiba. É uma mesma cidade, então algumas coisas deveriam ter uma uniformização né? Não fazer uma coisa muito rígida também, mas com uma certa flexibilidade. (Geovana, estagiária)

Aparentemente, talvez pela carência de recursos e/ou parcerias, faltem pessoas para executar pequenas tarefas que poderiam facilitar bastante as condições de trabalho das pessoas engajadas no CE. Um exemplo deste problema pode ser verificado na fala abaixo, onde a mesma estagiária da fala anterior reclamou ainda da sujeira dos coletes utilizados pelas crianças na escolinha de futebol.

Os coletes estão em um estado que as crianças não podem utilizar aqueles coletes. Desde a semana retrasada eu perguntando [...] “Quem que lava isso? Quem que leva?” E a professora: “Somos nós, professores”. Daí eu fiquei quieta. E semana passada eu perguntei a mesma coisa, na parte da manhã: “Professora isso aqui tá imundo. Os alunos não tão querendo mais usar esses coletes, e eu não vou pegar colete limpo e deixar aqueles lá. Não vou, enquanto não me lavarem aqueles coletes eu não vou fazer isso”. Aí ela disse assim: “Vou levar pra casa”. (Geovana, estagiária)

Para amenizar o problema as próprias professoras da escola resolveram levar os coletes para casa. O ideal seria que o Programa tivesse condições de destinar mais verbas para remunerar funcionários para resolver este tipo de problema, que apesar de não parecer significativo, prejudica os trabalhos desenvolvidos, também para a revitalização e melhorias no espaço da escola, e para a aquisição e manutenção de equipamentos e materiais de qualidade.

Essa disparidade entre os espaços nas escolas também foi identificado por Abramovay *et. al.* (2003), Abramovay *et. al.* (2006) e Leão (2005), em seus estudos sobre programas similares ao CE. Isto, conseqüentemente tem implicações na qualidade das atividades ofertadas e influencia o nível de participação da comunidade.

4.4.4 Natureza das atividades

Embora os gestores do CE reconheçam que existe uma necessidade de se aumentar as ofertas de atividades, eles encontram dificuldade para resolver este problema, dado a questões culturais e questões tais como a falta de mão de obra para implementar novas atividades. Do ponto de vista de crianças e adolescentes,

enquanto algumas escolas oferecem uma diversidade de atividades, outras possuem uma oferta mais restrita, o que desmotiva a participação nas mesmas:

Não, nenhuma atividade. Não tem nada que me interesse. Eu venho pra encontrar meus amigos (Tamiris, 15 anos)

Não tem mais ninguém já, a galera não vem, não tem nada pra fazer mais, eu to enjoado das mesmas coisas! (Luciano, 17 anos)

Ah, alguns vem, mas falta bastante coisa aí! Vários colégios, outros colégios tem mais brincadeira, mais coisas pra fazer né? Em outros colégios! Aqui não. Aqui só tem aqueles brinquedos que você viu ali dentro, e jogar vôlei e jogar futsal! Se fizessem umas brincadeiras, uns bagulhos valendo aí, duvido se não vinha uma galera, né? Uns campeonatos, torneio de xadrez, campeonato de ping-pong, esses negócios aí! Campeonatinho de vôlei assim! Ah, vinha mais gente! (Wanderson, 18 anos)

As escolas que oferecem uma diversidade maior de atividades e atividades mais atrativas possuem uma maior participação da comunidade. Os entrevistados de algumas escolas comentaram que a oferta de atividades do CE não atende os interesses de pessoas de diferentes idades. Um participante, por exemplo, comentou que as atividades da escola que frequenta não se renovam, o que limita a participação das crianças da comunidade na medida em que vão ficando mais velhas.

Ah, isso aqui só funciona até uma certa idade, depois o pessoal encontra outras coisas para ocupar o tempo e deixam de vir. [...] Até uns 14 anos. Depois disso não tem nada de novo pra fazer. É sempre as mesmas coisas! (Cassiano, 18 anos)

O desenvolvimento de atividades variadas depende de condições concretas para a sua implementação, como por exemplo, a presença de uma infra-estrutura adequada, de materiais e do trabalho de profissionais, estagiários e voluntários (LEÃO, 2005; ABRAMOVAY *et. al*, 2003). Estas condições, no entanto, não estão presentes em várias escolas do CE.

Outro fator que interfere com a participação das crianças e adolescentes nas atividades corporais do Programa CE relaciona-se com questões de gênero. Tomando como base as atividades desenvolvidas nas localidades onde levantamos os dados, as crianças e adolescentes manifestaram as seguintes preferências:

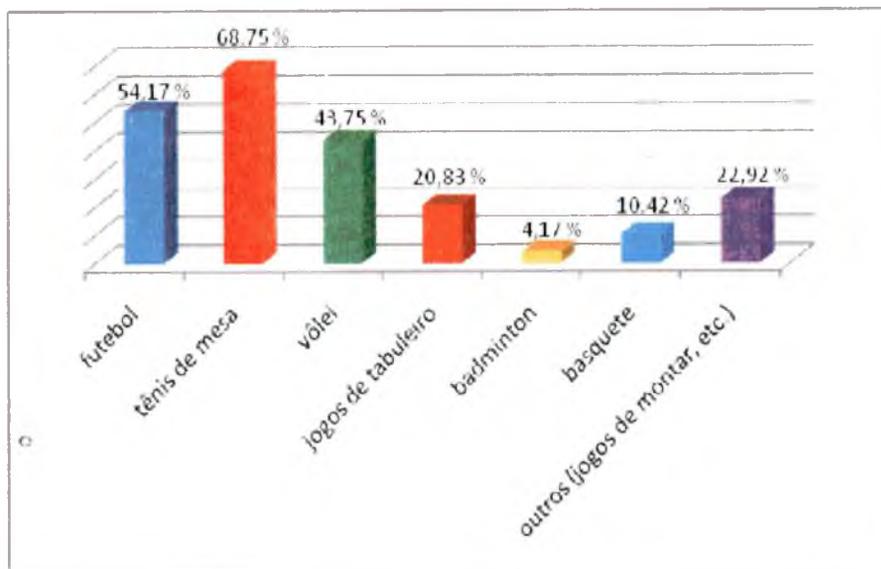


Gráfico 01

Embora o futebol apareça em segundo lugar ao nível quantitativo dentre as práticas corporais mais realizadas por crianças e adolescentes no CE nas escolas investigadas, ele foi apontado pela maioria dos meninos como principal fator de motivação para a sua participação no Programa. Embora o futebol seja um grande atrativo para a frequência de meninos no Programa, por outro lado, a forma com que esta atividade tem sido gerida aparece como uma barreira para a participação de meninas no mesmo. Algumas meninas que entrevistamos afirmaram se sentirem excluídas e injustiçadas quanto à falta de acesso ao jogo:

Igual ao futebol. A gente tava querendo participar e não deixaram. Falaram que era muito forte para a gente e a gente não podia [...]. Aí eles convidam os meninos. Quando vai menina, às vezes, falam que não pode ou não querem. (Adriana, 12 anos)

Menina assim, eles pegam bem pouca, porque o futebol é muito forte, né? Aí eles convidam pouca menina, mas piá eles convidam bastante! [...] Às vezes as meninas querem e eles dizem que não pode. (Julia, 11 anos)

Segundo algumas meninas entrevistadas, na maior parte dos casos as quadras e ginásios são cedidos para o futebol dos meninos e/ou para times locais que treinam nos finais de semana. Para elas seria importante que tivessem igual oportunidade de acesso à prática deste esporte e que houvesse uma oferta mais diversificada de atividades que pudessem ser mais atrativas para aquelas que não gostam de futebol. Um adolescente entrevistado afirmou ainda que, quando são

promovidos campeonatos esportivos, as meninas quase nunca participam ou por não serem convidadas a participar ou por não gostarem das modalidades ofertadas.

Isso, porque que nem eu falei pra você ali, eles fazem campeonato só de futebol. E menina, tem menina assim que não gosta do futebol! Tem o vôlei, tem várias coisas que dava, que podia se ter oportunidade pra ter meninas, né? Invariavelmente é só menino, e as meninas se sentem meio que tipo, excluídas, sabe? Daí só ficam aqui olhando o esporte. Daí que devia ter também um campeonato de vôlei, de xadrez, de ping-pong. (Alex, 14 anos)

A relação das meninas com atividades esportivas é complexa. É inquestionável o fato de que existem diferenças biológicas entre meninos e meninas. No entanto, muitas das diferenças alegadas para os diferentes sexos são construídas, em grande parte, culturalmente. Ou seja, as motivações, interesses e habilidades de um sexo e de outro são orientados de forma significativa pela cultura (DAOLIO, 1995). Por exemplo, na medida em que as meninas não têm acesso ao futebol, com o tempo, estas não desenvolvem tão bem as habilidades para esta prática como os meninos. Desta forma, as diferenças de habilidades entre um sexo e outro continuarão sendo reforçadas. Enquanto este tipo de ciclo não for quebrado, conforme discute Daolio (1995), as meninas continuarão a ser vistas e tratadas como “antas” no campo da atividade física. Aqueles que se propõem a atuar com práticas corporais necessitam, portanto, tomar ciência deste problema, para que desta forma, possam propiciar a todos, meninos e meninas, o seu pleno desenvolvimento.

De acordo com a última pesquisa sobre os resultados do Programa realizada no ano de 2007 e publicada no site da Prefeitura de Curitiba, 64% das participações no CE foram no eixo esporte e lazer. Embora o Programa ainda apresente carências no atendimento desse eixo, com relação, por exemplo a espaços adequados para as práticas, como discutido anteriormente, os gestores do Programa acabam encontrando dificuldades para a inserção de outras práticas corporais devido à questões culturais, tais como o hábito, quase que hegemônico, da prática de futebol por parte de meninos. Essa questão sobre a hegemonia do futebol foi apontada por um de nossos entrevistados:

A gente tá aqui num país do futebol, as pessoas jogam. [...] É ditatorial o futebol no Brasil né?, Eu sei disso porque eu não gosto de jogar futebol, eu não torço pra time nenhum. [...] Às vezes eu fico incapacitado de fazer uma atividade física, porque todos os meus amigos gostam de jogar futebol.

Vence a maioria, e se você não for jogar futebol, você tá fora! (Flávio Gonçalves, pesquisador)

No caso da tentativa de implementação de atividades diversificadas, aqueles que preferem futebol dificilmente abririam mão da utilização das quadras e da bola em prol de outras práticas corporais. Por outro lado, uma das escolas investigadas, onde o nível de participação é alto, encontrou uma forma de trabalhar essa questão, conforme aparece na fala de um dos adolescentes entrevistados ao relatar a experiência do projeto de tênis que é desenvolvido nesta escola:

A gente tá usando a quadra pra jogar tênis, não é sempre futebol, é pra jogar tênis. [...] A gente pega, na verdade assim, sábado a gente joga mais tênis, domingo joga mais futebol, é por dia. (Wildron, 14 anos)

Existe nesta escola uma organização de horários e dias para as práticas esportivas que permite a oferta de outras modalidades, como afirmaram ainda outros adolescentes entrevistados, e sinaliza para a comunidade que o Programa está aberto a diferentes práticas corporais, onde o futebol continua tendo o seu espaço. Outras escolas também poderiam se utilizar dessa estratégia para assegurar o nível de participação em práticas corporais, atendendo melhor aos interesses da comunidade.

Outro problema que surgiu em uma das escolas investigadas, relacionado com a oferta de diferentes atividades foi a não implementação e/ou falta de continuidade de atividades previstas. Conforme comentou uma das participantes do estudo:

[Os agentes do CE] sempre falam que vai ter alguma coisa diferente, mas [...] só que no dia não tem nada! Daí os piás só ficaram jogando futebol e nós o vôlei! [...] Eles colocaram um papel ali falando que ia ter basquete, daí passou um tempo e não teve mais. Tinha uma turma esperando pra jogar, daí não teve. Daí eles foram tudo embora! (Regiane, 12 anos)

Ao mesmo tempo em que os coordenadores do Programa prometem atividades diversificadas para motivar a comunidade a participar do mesmo, eles precisam encontrar mecanismos para garantir que as atividades aconteçam de fato para que a comunidade não perca a sua credibilidade em relação ao CE. No entanto, nem sempre a efetivação/continuidade das atividades é possível. Dentre os diferentes problemas que interferem com esta realidade, pode-se citar os fatos, por

exemplo, de que nem sempre os voluntários e estagiários dão continuidade ao seu trabalho e de que não raramente faltam condições e materiais para o desenvolvimento do mesmo. O fato de se deixar só a encargo do voluntariado a condução das oficinas promovidas dentro de programas como o CE, pode comprometer a continuidade do trabalho e a oferta da atividade, já que muitas comunidades ainda não possuem a cultura de participação em projetos sociais (LEÃO, 2005) e já que por não possuírem um vínculo profissional com o Programa, eles não raramente abandonam as atividades propostas para atender outros compromissos.

Muitas das crianças e adolescentes entrevistados afirmaram passar sábado e domingo, o dia todo, no Programa, indo para casa apenas para almoçar. Quando questionados sobre sugestões para o Programa, nas escolas onde a oferta de atividades era menor, algumas crianças e adolescentes afirmaram que se houvessem gincanas e campeonatos e que, se estes envolvessem maior número de modalidades/idades e contemplassem de forma igual meninos e meninas, haveria uma participação mais freqüente no Programa. Outros sugeriram que deveria haver oficinas de desenho e história e mais cursos profissionalizantes.

4.4.5 Presença e ausência de um projeto

Um dos objetivos do Programa, segundo o manual, é "a melhoria da qualidade da educação de crianças, adolescentes e adultos, contribuindo para o ingresso, o regresso e a permanência na escola, bem como a redução dos índices de reprovação e evasão escolar" (CURITIBA, 2008a, p. 13). Embora o CE tenha objetivos educacionais, parece não possuir um projeto pedagógico próprio. Enquanto ele aparentemente pressupõe que exista uma integração do Programa com o projeto pedagógico da escola, conforme citação abaixo, tal integração não parece ser suficientemente enfatizada.

"A função de Representante de Equipe Pedagógica Administrativa - EPA, responsável pela articulação e integração das ações do Programa com o Projeto Pedagógico da escola, é desempenhada pelo diretor, vice-diretor, pedagogo e/ou coordenador administrativo da escola desde que este seja funcionário da Secretaria Municipal da Educação." (CURITIBA, 2008a, p. 30)

Ao desenvolvermos uma leitura do manual do Programa que possui 96 páginas, a única referência que encontramos sobre este assunto foi a citação acima, quando ele apresenta a principal responsabilidade do representante da EPA. Mas note que, no entanto, ao descrever as principais atribuições do mesmo, o manual não menciona a integração com o projeto pedagógico. Tendo em vista que o manual não apresenta uma proposta pedagógica própria do Programa, e que em nenhuma de suas cláusulas enfatiza a necessidade de uma integração do trabalho do CE à proposta pedagógica da escola, acaba ficando a critério de cada unidade do Programa, através de seu representante da EPA, fazer esta integração ou não.

A falta de clareza sobre a existência de um projeto pedagógico e de objetivos bem definidos pelo Programa foi comentado por um dos coordenadores:

Ele [o Programa] não tem assim ações efetivas. Ele é como se fosse o espaço, você vai lá e joga se quiser. Até um momento é futebol, aí pára o futebol, é basquete. Aí, se não continua o basquete, continua o futebol. Então não tem assim ações orientadas. Existem assim algumas práticas pontuais. [...] Algumas escolas têm [...] estagiário lá [...] pra ficar cuidando de bola.

Eu acho que poderia existir um plano diretor assim: cabe ao eixo de lazer contemplar uma escolinha de iniciação esportiva, é uma ação recreativa e alguma coisa relacionada à promoção de saúde. Não tem nada. Então se o estagiário quiser ficar cuidando do pátio, ele fica cuidando do pátio e pronto. (Maurício, professor coordenador)

Na ausência de objetivos e de uma proposta de trabalho bem definidos, cada agente do Programa trabalha a partir de seu próprio entendimento do que deve ser feito. Em alguns casos, os resultados são positivos, em outros, no entanto, o trabalho do agente que implementa as atividades junto à comunidade — o estagiário — acaba ficando limitado à mera distribuição de materiais para as práticas e/ou às suas próprias crenças sobre o que pode ou não ser bom para a comunidade, restringindo-se à sua própria capacidade de reflexão e de tomada de decisões.

Conforme explica Souza (2006), o projeto pedagógico deve explicitar tanto os objetivos e metas, mas também formas de organização e gestão do trabalho para atingi-los. Ele deve também tratar de questões como metodologias de trabalho e de organização dos espaços, dos tempos, dos equipamentos e materiais; formas de articulação entre o trabalho escolar, a família e a comunidade; formas de avaliação do trabalho desenvolvido; e formação e condições de trabalho dos profissionais. A nosso ver, o CE poderia se beneficiar caso desenvolvesse um projeto, com diretrizes

amplas para permitir a adaptação ao projeto pedagógico de cada escola, mas suficientemente focado para nortear a ação dos diferentes agentes do Programa.

Algumas escolas já estão buscando conscientemente aliar o seu projeto pedagógico com as ações desenvolvidas no CE.

Nós tínhamos uma visão do Programa como continuidade do trabalho pedagógico, não como uma [...] desestruturação. Um exemplo, de segunda a sexta a escola tem uma cara. [...] e no sábado e domingo ela tem outra. A gente nunca teve essa idéia, né, eu e o vice-diretor. A idéia seria que de segunda a sexta a escola tem uma função, e no sábado e no domingo ela teria que ter a mesma função. Que nós teríamos que ter ganhos pedagógicos. A vinda das nossas crianças nas atividades, teria que refletir no dia a dia da escola. E não caracterizar a escola como um espaço de lazer, porque a escola ela vai ser escola sempre. Então nós deixamos isso bem claro, nós enquanto direção e equipe pedagógica. [...] Ela [a escola] não pode perder o seu foco educacional. Então isso faz parte do nosso projeto pedagógico, como ação educativa. (Tereza, diretora de escola)

Talvez por ser o CE ainda muito recente (ele possui apenas três anos e meio), algumas escolas, aparentemente ainda cedem apenas o seu espaço para o mesmo, tratando-o como um Programa a parte. Conforme comentou Jefferson, um dos coordenadores de Regional, “algumas escolas muitas vezes separam, parece que separam. Durante a semana é uma coisa, final de semana é outra”.

Na medida em que o Programa vem amadurecendo, pode-se observar um esforço, por parte de alguns agentes, de fazer uma maior integração com o projeto pedagógico das escolas, como observamos, por exemplo, na fala abaixo:

O Programa Comunidade Escola não é um Programa a parte, né? Antigamente até tinha essa visão que era um Programa a parte. Ele é um Programa da escola. Ele faz parte da escola, ele faz parte da proposta pedagógica da escola. Então assim, o que é desenvolvido durante a semana muitas vezes é trazido pro final de semana também [...]. Então de repente, atividades que foram desenvolvidas com as crianças durante a semana, é elaborado uma mostra de talentos no final de semana [...]. Então realmente, a gente utiliza as atividades durante a semana, pra estar puxando pro final de semana e pra estar divulgando pra esses pais ainda que não conhecem. (Eliane, coordenadora de Regional)

Ao analisarmos as falas acima, entre outras, nos perguntamos que tipo de integração com o projeto pedagógico da escola está de fato ocorrendo. Será uma integração que realmente orienta o trabalho dos agentes para se atingir determinados objetivos, ou é somente uma extensão de atividades que acontecem durante a semana? Não que a integração entre as atividades que acontecem

durante a semana e final de semana não sejam importantes. Elas podem contribuir para com uma maior participação das crianças no Programa e nas atividades escolares e proporcionar a otimização da aprendizagem e de recursos. No entanto, esta integração precisa ter uma orientação teórico-metodológica consistente para o trabalho a ser desenvolvido no Programa.

Note que embora acreditemos que deva existir uma integração com o projeto pedagógico da escola, acreditamos também que, conforme já afirmamos anteriormente, o CE enquanto Programa deve ter o seu próprio projeto pedagógico para orientar as ações. A partir deste projeto, cada eixo deveria então desenvolver o seu planejamento e orientar teórica e metodologicamente o trabalho desenvolvido nas escolas de forma a atingir os objetivos propostos.

Ao refletir sobre a falta de clareza dos objetivos do eixo Esporte e Lazer e de uma proposta pedagógica bem definida para o trabalho deste eixo no CE, um dos agentes fez o seguinte comentário:

Você vai perguntar: "Qual que é o objetivo do Esporte e Lazer?" [...] Ela [Unidade Gestora do Programa] vai falar uma coisa. E aí você vai perguntar pro responsável por Esporte e Lazer da SMEL: "Qual que é o objetivo do Esporte e Lazer pra SMEL?" "É isso aqui!" Então, pergunta pro coordenador de área: "Qual que é o objetivo do Esporte e Lazer?" "É isso aqui." E daí, você vai ter todos esses diferentes discursos [...] que teriam que chegar lá na prática e não é isso aí. O discurso é totalmente distorcido [...]. Ou então esse discurso só ocorre em uma escola, que é a escola que tem mais participantes, que é a escola que trabalha mais diretinho aí ou não. (Maurício, professor coordenador)

Além de ter uma proposta de trabalho bem definida, esta proposta precisa ser bem divulgada entre os diferentes agentes do Programa para que os seus objetivos não se percam. É comum que na gestão de grandes programas e projetos, a coordenação tenha uma proposta bem definida e que os agentes que atuam diretamente com a comunidade (ex. estagiários e voluntários) não tenham acesso ao todo desta proposta, e/ou não a compreendam. Esta dificuldade também surgiu em outra pesquisa sobre um Programa similar ao CE (FORELL, 2009).

Uma das conseqüências da falta de uma proposta pedagógica bem definida no campo do esporte e do lazer, é que cada um desenvolve e implementa a sua própria proposta. Dependendo de quem está de fato trabalhando junto à comunidade (normalmente o estagiário), o enfoque pode ser no esporte pelo esporte, sem um objetivo maior, ou pode se voltar apenas para uma modalidade esportiva e/ou atividades competitivas, em detrimento de outras modalidades e

abordagens. Isto pode causar problemas, tais como a exclusão de pessoas que não gostam destas atividades/abordagens e de participantes menos habilidosos. Pode também restringir a possibilidade de trabalhos mais educativos com vistas à promoção de valores humanos, o desenvolvimento integral das pessoas e a educação das mesmas para o engajamento em práticas corporais de forma mais autônoma, crítica, criativa e saudável.

Como já mencionado, conforme alguns depoimentos, em algumas sedes do CE, o Programa parece funcionar como uma estrutura aparte da escola, promovendo o que Pacheco (2006) chamaria de “lazer na escola” e não “lazer da escola”. A seguinte passagem do autor melhor explica esta idéia:

[Programas que acontecem no espaço da escola] acabam funcionando quase que como uma estrutura à parte da escola pública. Isso caracteriza, de fato, o uso da escola apenas como equipamento e não como centro integrado de práticas educacionais diversas. Assim, fica caracterizado o lazer *na* escola em detrimento do lazer *da* escola. Em que pese as tentativas de articulação com a escola e seu cotidiano, os programas de fim de semana ainda configuram-se como estruturas quase que independentes, usando apenas o espaço da escola, na falta de outro equipamento público que corresponda às necessidades imediatas de lazer popular. (PACHECO, 2006, p.197-198)

Concordamos com Pacheco (2006) quando o mesmo afirma que todas as atividades da escola devem ter um fim educacional e que para tal, faz-se necessário um esforço consciente para se vincular o projeto pedagógico da mesma à todas as atividades que são desenvolvidas em seu âmbito.

4.4.6 Divulgação

A divulgação das atividades desenvolvidas pelo CE pode ser vista tanto como um facilitador ou barreira para o Programa. Quando ela acontece e é bem feita, torna-se efetiva em atrair a comunidade. Quando não acontece e/ou é restrita, ela compromete a participação das pessoas nas ações promovidas.

A divulgação institucional do Programa é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Comunicação Social que publica notícias e matérias sobre o mesmo em jornais, rádios e tevês da cidade e em ônibus e mobiliários urbanos (CURITIBA, 2008a, p. 47). Em caso de eventos especiais, as escolas podem contar com o recurso de divulgação automática através de uma mensagem gravada emitida por telefone para a comunidade residente nas suas proximidades.

Algumas escolas conseguem fazer uma divulgação mais efetiva do Programa do que outras, através de diálogos do professor com os alunos em sala de aula e informativos mandados aos pais; através de cartazes e panfletos na escola, comércio local, e em locais onde se encontra o público alvo das atividades; e através de propagandas em eventos da Regional (ex. festividades, mutirões, Ação Global²). Porém, em muitas escolas os membros da comunidade não participam por desconhecimento do Programa e também por acreditarem que este se destina apenas ou principalmente à crianças e jovens. Esta dificuldade foi constatada também na pesquisa de Félix e Carvilhe (2008). Outros também não participam por pensarem que o Programa é um evento pontual e por não estarem cientes de sua continuidade durante todos os finais de semana.

Acho que muita gente não tem, não tinha e ainda também não tem, conhecimento do Programa, né? Muita gente não sabe o quê que é. Tanto é que chegava num sábado: "Ah sábado que vem vai abrir?" (Mauro, estagiário)

Muitas pessoas não sabem nem que abre a escola. (Flavia, estagiária)

Você ainda encontra gente que fala "Ah, mas eu não sou aluno da escola" ou "Ah, mas o quê que eu vou fazer lá?" (Flávio, pesquisador NAPPE - UFPR)

Em alguns casos existe também uma dificuldade de divulgação entre os diferentes agentes que trabalham no Programa, sobre as atividades que serão desenvolvidas nos finais de semana. Estando ciente deste problema, muitos têm trabalhado para evitar tal problema:

No caso do menino da educação física, ele vai fazer uma atividade relacionada com a questão corporal, mas ele vai dizer: "Olha, além desse tipo de atividade, nós temos isso, isso e isso, e também temos em outras áreas." [...]. Então ele aproveita e divulga as outras ações. Então, todos eles estão comprometidos nisso, porque a gente tá tomando cuidado nessa escola de que todos eles saibam o que tá acontecendo [...]. A comunidade chega, encontra o primeiro lá identificado com a camiseta ou com o crachá, ela vai perguntar. Ele não pode em nenhum momento dizer: "Eu não sei o que vai acontecer nesse final de semana" "Quê que vai acontecer?" "Não sei!" "Quê que vai?" "Não sei!" Não tem isso! A gente tem dito que não pode acontecer isso, sabe? (Vera, coordenadora de Regional)

² Evento anual organizado pelo SESI e Rede Globo em parceria com diversos segmentos da sociedade, que oferece serviços gratuitos para toda a população, tais como emissão de documentos, orientação jurídica, avaliação física, atividades de esporte e lazer, palestras educativas, etc.

Embora haja um esforço concentrado por parte das escolas para divulgar as suas ações ligadas ao Programa, mesmo assim muitas ainda encontram dificuldades para socializar as informações para a comunidade como um todo:

Nós trabalhamos muito na questão. Nós conversamos muito com as crianças e com os pais. A gente coloca cartazes de divulgação em todos os eventos que acontecem na Regional, [...] festividades, Ação Global, Mutirão da Cidadania. Nós sempre estamos presentes, distribuindo panfletos e informações sobre o que é o Comunidade Escola e a gente se assusta quando percebe que ainda muita gente não conhece né? Então assim, junto com a Secretaria, nós estamos vendo a possibilidade de estar divulgando isso na mídia. Porque realmente a mídia atinge de uma maneira geral [...]. Tem muita gente que não conhece, e tem muita gente que não acredita: "Realmente é de graça?" "Ah não deve ser. Não vou lá pagar pra ver, né?" (Eliane, coordenadora de Regional)

Uma divulgação mais efetiva do CE pela mídia a fim de promover uma participação mais intensa da comunidade no Programa foi sugerida por várias das pessoas entrevistadas, conforme pode se observar tanto na citação acima quanto na abaixo:

Acho que a divulgação do Programa ainda é muito mal feita. A prefeitura utiliza da mídia muitas vezes pra promover as ações e as obras, e eu, não tem assim, nunca vi, propaganda na televisão do Programa Comunidade Escola. (Maurício, professor coordenador)

Em síntese, apesar de algumas escolas conseguirem fazer uma boa divulgação das suas ações junto ao CE, outras encontram bastante dificuldade. Conforme alguns depoimentos, a participação da comunidade no CE poderia ser mais estimulada se o Programa conseguisse criar mecanismos para uma maior divulgação de suas ações junto à mídia. Outra recomendação seria a de que o CE desenvolvesse estratégias para manter os próprios agentes do Programa melhor informados sobre as diferentes atividades que estarão ocorrendo na escola onde trabalham e em escolas próximas, para que estes possam orientar o público sobre as mesmas.

4.3 BARREIRAS QUE DIFICULTAM A IMPLEMENTAÇÃO DO CE E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO PROGRAMA

4.3.1 O caso dos voluntários e estagiários

De acordo com o manual do CE, "a participação de voluntários nas atividades sócio-educativas do Comunidade Escola é um dos pontos mais importantes do Programa" (CURITIBA, 2008a, p. 35). Segundo dados publicados no site da prefeitura (CURITIBA, 2008), em 2007 o CE contou com cerca de 400 voluntários e 300 estagiários. Especificamente no eixo Esporte e Lazer, o Programa envolveu 107 estagiários (não há disponibilidade de dados mais recentes sobre esta realidade). Se por um lado a idéia de voluntariado é interessante, por outro, isto pode se tornar problemático por diferentes razões. Em algumas comunidades, não existe a participação de muitos voluntários e o Programa fica esvaziado de agentes para ofertar e desenvolver atividades. Também em alguns casos, a qualidade e a continuidade das atividades propostas ficam prejudicadas. Embora o Programa preveja que deva existir uma avaliação do plano de trabalho dos voluntários pelo Comitê Local em casos que exijam conhecimentos específicos (CURITIBA, 2008a, p. 35), nem sempre isto tem garantido a qualidade do trabalho dos mesmos. Outra dificuldade é que às vezes os voluntários acabam desistindo de colaborar com o programa, dando prioridade a outros compromissos e/ou a trabalhos remunerados. Vejamos, por exemplo, os seguintes depoimentos:

Então você consegue às vezes até umas ações maiores de um parceiro lá, corte de cabelo, unha decorada. Aí faz todo aquele trabalho de divulgação, chega na sexta-feira, quatro horas da tarde, ele te avisa que não vai poder ir. (Vera, coordenadora de Regional)

Ele [o voluntário] arruma um emprego, por exemplo, ele já não vem [...]. Às vezes você tenta algum curso assim, a pessoa começa a dar curso lá de crochê, de coisa assim. E aí chega um belo dia o povo tá aí esperando e cadê? Você vai lá, liga: "Escute o que quê aconteceu? 'Ah encheu minha casa de visita, to com a casa cheia de visita, não posso sair'". É voluntário, você vai fazer o que? (Cristina, professora coordenadora).

Conforme Pacheco (2006), ao contar com a "participação voluntária", o Estado muitas vezes se desobriga de garantir a atuação de profissionais, o que ocorre principalmente nas áreas sociais. Um dos problemas disto é que muitos voluntários não possuem formação adequada para as suas práticas, principalmente na área pedagógica. Desta forma, vários programas sociais são administrados através de um "voluntarismo", onde as ações tendem a ser regidas por crenças, interesses, necessidades e "ingenuidades" pessoais daqueles que se dispõem a dar sua contribuição. Tais ações muitas vezes acabam por incorrer em uma "disseminação acrítica de diversas práticas de lazer", sendo que tais práticas

tornam-se não educativas e “atravessadas pela indústria cultural” (PACHECO, 2006, p. 209). Um caso, por exemplo, foi observado em uma escola onde voluntários ingenuamente incentivavam os participantes do Programa a dançar a coreografia da música “Na boquinha da garrafa”.

Conforme apontaram alguns entrevistados, os voluntários não deveriam dirigir as atividades, mas sim, complementar o trabalho de profissionais sob a supervisão dos últimos.

Então a gente precisa, por exemplo, voluntários que venham e façam o que? Uma colaboração com os profissionais que estão já atuando. Exemplo: um professor, um bom professor que desenvolva um Programa de futebol, né? É válido um voluntário chegar e fazer parceria com esse professor e ajudar ele diretamente nas atividades, né? Orientando os alunos, ajudando no treinamento, etc. e tal. Agora, eu sou contra a uma pessoa, extremamente leiga, vir fazer uma atividade que ela nem sequer realmente conhece, né? E acaba, por exemplo, ferindo a questão de ética dentro das profissões. (Fabio, professor substituto)

O voluntariado, na minha opinião, deveria ser uma ponte do Programa, ele deveria ser assim uma soma, uma coisa a mais e não a base. (Cristina, professora coordenadora)

Em relação à questão dos estagiários, embora o manual do CE saliente que deva existir “uma entrevista e/ou teste de conhecimentos específicos sob responsabilidade do supervisor de eixo no qual existe vaga disponível no Programa” (CURITIBA, 2008a, p. 36), no caso da Secretaria Municipal de Lazer (SMEL), tal entrevista e testes normalmente não ocorrem, uma vez que a procura dos estagiários pelo Programa é baixa. A maioria dos alunos que buscam trabalhar no CE são alunos do primeiro e segundo período do curso de graduação em Educação Física, que em grande parte dos casos não possuem preparo e nem experiência para o trabalho. Os alunos que estão em períodos mais avançados acabam encontrando opções melhor remuneradas. No caso do campo específico da Educação Física, existem várias outras oportunidades de estágios e trabalhos em eventos nos finais de semana que tendem a oferecer melhores vantagens financeiras aos estudantes. O fato do trabalho no CE acontecer apenas no sábado ou no domingo, permitindo ao estagiário acumular apenas oito horas de trabalho, tendo que custear o próprio almoço, não lhe possibilita uma remuneração satisfatória. Assim, muitas vezes o mesmo acaba abandonando o Programa em busca de outras oportunidades que lhe permitam maior acumulação de carga horária

e melhor remuneração. Portanto, existe uma alta rotatividade de estagiários no Programa, o que causa uma descontinuidade das atividades.

É uma dificuldade [...] a rotatividade de estagiário [...]. A gente já teve vários estagiários bons que desenvolveram um excelente trabalho. A comunidade veio, né? E quando esse estagiário sai, quando ele deixa de vir, aí a comunidade fica sem a oferta daquela atividade. (Paula, supervisora de eixo)

Outro problema que ocasiona uma grande rotatividade de estagiários, principalmente nas escolas mais distantes, é a questão do deslocamento para o local de trabalho. Alguns entrevistados sugeriram a necessidade de se implementar uma gratificação para compensar o difícil acesso à escola, como já acontece com os professores da rede municipal de ensino.

4.3.2 O caso do professor coordenador

Cada escola, segundo o manual do Programa, conta com dois professores coordenadores, cada qual com dez horas de trabalho dedicadas ao CE. Deste total, oito horas devem ser cumpridas no final de semana e duas horas durante a semana. Também segundo o manual, eles recebem descanso semanal remunerado (DSR) para as oito horas que deverão ser cumpridas no final de semana e hora extra para as duas horas que deverão ser cumpridas durante a semana (CURITIBA, 2008a). De acordo com as entrevistas, o tempo remunerado para o trabalho dos professores coordenadores da escola não é suficiente para que possam dar conta da totalidade das tarefas que lhes cabem, uma vez que precisam participar de reuniões, preencher relatórios, divulgar o Programa junto à comunidade, buscar parceiros, coordenar o trabalho na escola, atender à comunidade, entre outras funções.

O professor coordenador do Comunidade Escola [...] deveria ter umas vinte horas de dedicação exclusiva ao Programa pra poder fazer esses contatos, pra poder ir atrás de um parceiro, pra ir atrás de um voluntário [...]. A gente também tem as outras coisas: o planejamento pra vencer, os cursos que a gente tem de capacitação, as aulas, os alunos, parecer e tudo mais [...]. Então assim, tipo se tivesse esse professor de vinte horas [...] acho que já facilitaria [...]. Se a gente tivesse um tempo livre pra dedicação ao Programa, com certeza se conseguiria mais do que a gente consegue hoje. (Cristina, professora coordenadora)

Uma das dificuldades encontradas pelo Programa é conscientizar o professor coordenador e a comunidade sobre o papel do mesmo enquanto articulador dos interesses da comunidade nas atividades desenvolvidas no CE.

Para nós virou desafio [...] mostrar o perfil e o papel que o professor coordenador tem dentro da escola. Então, como a gente tem um coordenador no sábado e um coordenador no domingo, que ele não seja apenas uma referência para entregar material, e eventualmente, pra dar uma bronca em alguém quando não tá se comportando. Mas que realmente seja usado, né? Seja é, visto pela comunidade como a pessoa que vai tá ouvindo essa comunidade, o interesse dessa comunidade, a demanda. Enfim, ele vai ser o articulador do interesse da comunidade junto, né? E trazendo isso pra [o Programa] para que a gente possa fazer. (Vera, coordenadora de Regional)

A dificuldade acima foi também apontada pela pesquisa de Félix e Carvilhe (2008). Outro problema relacionado com a atuação dos professores coordenadores é a falta de experiência dos mesmos com gestão.

Além dos estagiários [...] serem imaturos, primeiro e segundo período, os professores [...] também são imaturos em termos de gerenciamento porque são professores, né? E eles estão atuando ali como gerentes. Então, houve um crescimento muito grande do início até hoje, eles cresceram [...]. No início era bem difícil pra eles administrarem uma escola que ficou sob a responsabilidade deles no final de semana, e o gerenciamento dos estagiários e voluntários, tudo né? (Julia, coordenadora de Regional)

Conforme alguns depoimentos, já existe uma preocupação por parte da coordenação do Programa no sentido de buscar alternativas para melhor preparar os professores coordenadores para gerir o trabalho do CE em seu local de trabalho.

4.3.3 Carências na capacitação, acompanhamento e apoio para o trabalho dos estagiários

De acordo com o manual do Programa, existe um plano de qualificação de estagiários denominando "Curso Conhecendo o Programa Comunidade Escola e Qualificação Técnica específica" (CURITIBA, 2008a, p. 38). Este curso é de responsabilidade das coordenações de eixo, tendo como objetivo "que o estagiário conheça a estrutura organizacional e procedimentos do Programa, além de receber qualificação técnica em relação à sua área de formação e atuação" (p. 38). Também segundo este manual, cabe ao coordenador da escola:

“informar e orientar o estagiário sobre os aspectos administrativos e pedagógicos da Escola e do Programa - regulamento da escola, projeto pedagógico da escola, atas das reuniões do COL - para que o mesmo se intere do contexto em que irá atuar” (p. 29).

Embora existam estas orientações por parte do Programa, segundo todos os estagiários entrevistados, apesar de terem participado de alguns cursos direcionados aos aspectos práticos para a sua atuação no campo, eles não tiveram acesso a um treinamento que abordasse informações sistematizadas sobre estrutura e objetivos do CE como um todo. Também de acordo com eles, as informações recebidas através dos coordenadores das escolas sobre o Programa são insuficientes. Vejamos, por exemplo, a seguinte fala:

Todo o subsídio que eu tive pra estar no Comunidade Escola foi, não a partir da própria coordenação do Programa, mas da Maria que trabalha no Programa já há dois anos. Então tudo que eu sei do Programa é através dela e não através da própria coordenação do Programa. (Adriana, estagiária)

Todos os estagiários entrevistados alegaram falta de clareza sobre os objetivos do CE, sobre a sua estrutura organizacional e sobre o papel que os diferentes agentes, incluindo eles mesmos, exercem no Programa.

É que assim, eu não entendo muito bem qual que é a hierarquia. Eu falo com o [coordenador do meu eixo] [...] e ele fala que eu tenho que fazer as coisas que a escola manda. Que é a diretora. Daí, [...] uma vez por semana eles têm uma reunião lá que eles fazem sobre o Comunidade Escola, acho que é COL, nem sei o que é isso [...] nunca fui numa reunião dessa. (Flavia, estagiária)

Dos cinco estagiários entrevistados, quatro disseram sentir-se “largados” e sem apoio para a sua atuação no Programa. Vejamos, por exemplo, trechos da entrevista de um deles:

Não tinha o apoio nem da coordenadora do colégio pra direcionar uma atividade e não tinha nem o apoio da coordenadora da Regional pra direcionar uma atividade. Em nenhum momento [...] eu sentei com as duas assim: “O que quê a gente podia planejar? [...] O que quê vocês podiam trazer pra eu trabalhar?” Não existia assim, era bem livre.

É muito fácil um estagiário chegar lá, soltar uma bola, sentar e ficar esperando o sábado passar, assim sabe? Isso era muito fácil. Se eu quisesse fazer, eu podia fazer todo sábado que ninguém ia falar nada. Não tem essa cobrança. Não tem essa organização de eles verem o que você tá fazendo nem o que você vai fazer. (Mauro, estagiário)

Um dos sérios problemas que acontecia lá era quando a escola se envolvia com jogos, ou alguma coisa assim, algum evento que as coordenadoras tinham que sair, e não tinha coordenador no colégio. Então, a gente ficava lá [...]. Dez horas depois, o colégio pega fogo e você não sabe o que fazer.

Conforme afirma Pacheco (2006, p. 211), não são raros os casos onde estagiários e voluntários envolvidos em projetos sociais se sentem “jogados à sua própria sorte e enfrentam situações de trabalho extremamente desgastantes e precárias”. No caso do CE, alguns dos estagiários reclamaram da falta de comprometimento de supervisores de eixo e professores coordenadores. Já os supervisores de eixo e professores coordenadores, por outro lado, alegaram se sentir sem condições de desenvolver um bom trabalho por falta de recursos humanos e materiais.

O pessoal pode chegar e falar: “Pô, a escola é ruim por causa do coordenador!” Só que não é, eu não consigo fazer coisas que eu não tenho recursos pra fazer, não tenho material humano pra fazer. (Maurício, professor coordenador)

A gente pena bastante com esses estagiários muito jovens, né? Esses principalmente [...] de primeiro semestre. A gente pena muito com eles porque [...] ele tá cru ainda, ainda tá aprendendo o que é a profissão dele, né? (Valdir, coordenador de Regional).

Por não entenderem bem os objetivos do Programa e sentirem-se sem apoio, alguns estagiários acabam apenas “cuidando” dos espaços e materiais sem de fato ter um papel mais significativo no Programa.

Entrevistador: Em relação às atividades, quem decide o que vai acontecer? Como que é?

Estagiária: É o estagiário.

Entrevistador: O estagiário? Você pode fazer o que você quiser?

Estagiária: O que você quiser.

Entrevistador: Ah é? Mas e se não quiser fazer nada? Ficar só olhando pra bola?

Estagiária: Fica só olhando, fica anotando nome [ou] fica jogando junto com as crianças. (Adriana, estagiária)

A única estagiária que disse ter recebido um apoio efetivo para a realização de seu trabalho na escola afirmou que ao transferir-se de uma regional para a outra, sentiu-se desamparada. Isto evidencia que a qualidade do apoio dado aos estagiários varia de acordo com o gestor de cada Regional e escola.

Uma coisa que eu via lá, que eu não vejo aqui é uma maior ação dos [...] professores e professoras que tem na escola [...]. Ano passado tinha esse

respaldo dessa minha coordenadora. Eu to desde abril lá [nesta nova escola], eu tenho 8 relatórios lá. O único relatório que ele respondeu, foi um que eu coloquei a programação. Fora isso, ele não respondeu nenhum outro relatório. Só o da programação das atividades. Eu sinto falta, porque eu to acostumada com as pessoas me cobrando, assim né? Eu não acho ruim não. Essa é uma cobrança boa, uma cobrança que você percebe que você é importante [...] que é importante aquilo que você tá fazendo. É importante eles saberem o que você tá fazendo. (Geovana, estagiária)

Conforme as falas acima, os estagiários gostariam de estar atuando de forma mais efetiva. No entanto, para tal, eles sentem que precisariam ser mais bem orientados, acompanhados e até mesmo “cobrados”. Considerando que, segundo o próprio manual do Programa, um dos objetivos do CE é a “qualificação profissional de estudantes de nível superior, por meio de atividades supervisionadas de estágio” (CURITIBA, 2008a, p. 13), o estagiário deveria ser melhor assistido, tanto por via de parcerias com as instituições de ensino superior onde estudam, quanto através do apoio de profissionais do CE.

Seria também interessante, que os estagiários fossem convidados e remunerados para participar das reuniões do Comitê Local (COL). Uma vez que são eles que trabalham diretamente com o público, se participassem destas reuniões, eles poderiam melhor conhecer a comunidade e ouvir da mesma as suas necessidades e aspirações para o Programa. Assim, teriam melhor condições de contribuir para com o planejamento e desenvolvimento das atividades.

Além da carência do Programa em relação à capacitação e acompanhamento dos estagiários, existe também uma carência de oferta de vagas para a atuação de estagiários e profissionais no eixo de Esporte e Lazer. Parece haver uma desproporção em termos numéricos na oferta de vagas entre os eixos. Por exemplo, o eixo Educação e Cidadania possui apenas 23% de participação nas atividades do CE em relação aos outros eixos do Programa e conta com 103 estagiários. Já o eixo Esporte e Lazer possui 64% de participação, e conta com apenas 107 estagiários (CURITIBA, 2008).

Conforme os dados apresentados parece existir uma necessidade de aumento de carga horária remunerada para os coordenadores das escolas. Existe também uma necessidade de aumento do número de estagiários e de contratação de mais profissionais para treinar, orientar e acompanhar o trabalho tanto dos estagiários quanto dos voluntários. Estas demandas, no entanto, são difíceis de serem endereçadas, uma vez que as secretarias municipais, incluindo a Secretaria

Municipal de Educação (SME) e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL), possuem recursos limitados para supri-las.

5 CONCLUSÕES

De modo geral, os agentes do Comunidade Escola e as crianças e adolescentes entrevistados elogiaram o Programa. De acordo com os dados levantados, os principais facilitadores tanto para a implementação do Programa quanto para a participação de crianças e adolescentes no mesmo são: (1) o apoio da SME cedendo o espaço e recursos da escola e contratando e remunerando professores; (2) o empenho das pessoas que trabalham no Programa; (3) o Programa é uma importante opção de diversão/lazer nos finais de semana; (4) o Programa propicia um ambiente de socialização, onde é possível se fazer novas amizades ou encontrar amigos; (5) o Programa cria condições para a prática de esportes e dá acesso a modalidades que nem sempre eles têm acesso em seu cotidiano; (6) o Programa acontece num espaço considerado relativamente seguro quando comparado às ruas; (7) o Programa leva à comunidade eventos especiais tais como campeonatos, festividades e oficinas. Outros fatores que aparecem como importantes para a participação de crianças e adolescentes no CE é que grande parte deles fica sabendo do Programa através de amigos, o que denota que os próprios participantes do CE facilitam a participação de outros no mesmo, e que a proximidade da escola do local de residência das crianças e adolescentes entrevistados favorece a freqüência no Programa.

Dependendo da realidade da escola, alguns fatores ora apareceram como facilitadores e ora como barreiras para a participação de crianças e adolescentes no Programa: (1) cultura de participação da comunidade; (2) quantidade e qualidade das parcerias formadas; (3) condições dos espaços e equipamentos; (4) natureza das atividades ofertadas; (5) integração das atividades do Programa com o projeto pedagógico da escola; e (6) divulgação do Programa e das atividades.

Já as principais barreiras apontadas para a implementação do CE e a participação da comunidade no mesmo são: (1) carga horária remunerada insuficiente para o trabalho dos professores coordenadores; (2) alta rotatividade de voluntários e estagiários; (3) carência de oferta de vagas para a atuação de estagiários e profissionais no eixo de Esporte e Lazer; (4) falta de experiência e preparo por parte dos estagiários para o trabalho diretamente com o público; (5) falta de experiência de alguns professores coordenadores com a gestão de programas; (6) falta de apoio e orientação para o trabalho dos estagiários; (7) falta de clareza,

por parte dos estagiários sobre os objetivos e estrutura organizacional do Programa e sobre o papel dos diferentes agentes, incluindo o deles mesmos.

Programas como o Comunidade Escola se constituem em uma importante opção de lazer e de socialização para muitas comunidades e possuem um significativo potencial para promover o desenvolvimento e a aprendizagem de crianças, adolescentes e adultos. Eles podem também proporcionar a aproximação entre a escola e a comunidade. Para que isso possa se efetivar, no entanto, tais programas dependem de espaços/equipamentos, parcerias, e bons profissionais e voluntários comprometidos com a qualidade e com a assiduidade das atividades. Eles dependem também da organização da comunidade para planejar e promover as atividades. As escolas que não conseguem contar com estes recursos materiais e humanos, tendem a ter dificuldades com o desenvolvimento do Programa. Esta realidade demanda que o Estado tenha um papel mais ativo no sentido de fornecer os recursos materiais e humanos necessários para garantir a qualidade das ações nas diferentes comunidades, especialmente no caso daquelas mais carentes e menos organizadas.

Tendo em vista tudo o que discutimos até então, fazemos aqui algumas considerações no sentido de contribuir para com a melhoria e/ou desenvolvimento de novos programas como o Comunidade Escola. Recomendamos assim que tais programas:

- (1) Assegurem as mesmas condições de infra-estrutura e espaços em todas as escolas.
- (2) Atendam de forma democrática as diferentes faixas etárias, garantindo que não haja discriminação entre meninos e meninas na vivência das atividades.
- (3) Proporcionem a continuidade das atividades propostas que despertam o interesse da comunidade.
- (4) Na medida em que o Programa cresce e forma parcerias, deve-se tomar cuidado para não se perder de vista os objetivos que levaram à sua criação.
- (5) Para que haja consistência no trabalho dos colaboradores (profissionais, voluntários e estagiários) e para que se possa atingir os objetivos do Programa, recomenda-se o desenvolvimento de um plano de trabalho que possa nortear as ações de todos envolvidos com o Programa.
- (6) Garantam a presença de profissionais bem preparados para conduzir as atividades e para orientar o trabalho de estagiários e voluntários.
- (7) A capacitação deve proporcionar uma compreensão dos objetivos e estrutura do Programa.
- (8) No caso do Programa necessitar contar com a ajuda de estagiários, deve-se estabelecer parcerias bem definidas com instituições de ensino superior para atrair estagiários que tenham interesse em

trabalhos comunitários, garantir apoio sistematizado ao trabalho dos mesmos, e proporcionar o desenvolvimento de pesquisas de avaliação do Programa objetivando o seu aprimoramento. (9) Garantir carga horária e remuneração adequadas para que os agentes envolvidos com o Programa possam fazer um trabalho de qualidade.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Avaliação do Programa Abrindo Espaços na Bahia.** Brasília: UNESCO, Observatório de Violências nas Escolas, Universidade Católica de Brasília, UNIRIO, 2003.

ABRAMOVAY, M. *et al.* **Fazendo a diferença: Projeto Escola Aberta para a Cidadania no Estado do Rio Grande do Sul.** – Brasília: UNESCO, Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001455/145551por.pdf>>. Acesso em: 12/02/2009.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Educação. Unidade Gestora do Programa Comunidade Escola. **Resultados 2007.** Disponível em: <<http://cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/index.php?portal=527&opTpl=result>>. Acesso em: 12/11/2008.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Educação. Unidade Gestora do Programa Comunidade Escola. **Programa Comunidade Escola.** Curitiba, 2008a.

DAOLIO, J. A construção cultural do corpo feminino ou o risco de transformar meninas em “antas”. In: ROMERO, E. (org.). **Corpo, mulher e sociedade.** Campinas: Papirus, 1995.

FÉLIX, C. M. R.; *et al.* **Avaliação de Impacto do Programa Comunidade Escola: Relatório de Pesquisa da Etapa Qualitativa.** Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2008. 34 slides, color. Acompanha texto. Disponível em: <<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/index.php?portal=527&opTpl=down>>. Acesso em: 10/09/2008.

FORELL, L. **Trabalho voluntário em projetos sociais esportivos: uma análise a partir do Programa Escola Aberta de Novo Hamburgo/RS.** 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Educação Física. Mestrado em Ciências do Desenvolvimento Humano.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONÇALVES, F. *et al.* **Avaliação do Programa Comunidade Escola.** Curitiba: NAPPE-UFPR, 2008. 23 slides, color. Acompanha texto. Disponível em: <<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/index.php?portal=527&opTpl=down>>. Acesso em: 10/09/2008.

JOCHINSEIN, T.H.; MANN, J.C.B.; REINBOLD, A.P.; SILVA, W.H.A.; SOUZA, D.L.; VIALICH, A.L. **Comunidade Escola: barreiras e facilitadores para a implementação do programa e para a participação da comunidade.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2008. Relatório de Pesquisa Programa Licenciado.

LEÃO, J. A. C. **Considerações sobre o projeto escola aberta: perspectivas para uma agenda de lazer.** 2005. Dissertação (Mestrado). Fundação Joaquim Nabuco:

Instituto de Formação e Desenvolvimento Profissional. Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas. Disponível em:
<http://www.campus12.uneb.br/texto/artigos/escola_aberta.pdf>. Acesso em: 10/05/2009.

MOLINA, Rosane Kreuzburg. Políticas de esporte e projetos sociais: impactos nos processos de subjetivação dos jovens. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, XV, Pernambuco. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte**. Recife: CBCE, 2007. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/278.pdf>. Acesso em: 23/04/2009.

NOLETO, M. J. **Abrindo Espaços: educação e cultura para a paz**. Brasília, Jun. 2004. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131816POR.pdf>>. Acesso em: 10/09/2008.

PACHECO, R. T. B. A escola pública e o lazer: impasses e perspectivas. In: PADILHA, V. (org.). **Dialética do lazer**. São Paulo: Cortez, 2006

SABAGG, L.C. Programa Comunidade Escola: a experiência de Curitiba. In: II CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS, 2005, Belém. **Anais...** Belém-PA: UNAMA, 2005. Disponível em:
<<http://www.catedra.ucb.br/sites/100/122/00000653.pdf>>. Acesso em: 12/11/2009.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. **Introduction to qualitative research: grounded theory procedures and techniques**. Beverly Hills: Sage, 1990.

UNESCO, Programa Abrindo Espaços/Escola Aberta. **FolhaOn-Line**. São Paulo, 05 agosto 2005. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/noticias/gd050805.htm>>. Acesso em: 10/09/2008.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Escuta, 1994.